

Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos Abril – Julho/2006

Realização: Ágere Cooperação em Advocacy
Apoio: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR

Módulo III: Conselhos dos Direitos no Brasil **Área: Direitos Humanos**

Autoria: Maria de Lourdes Alves Rodrigues
Colaboração: Maria Célia Orlato Selem
Maria Nazaré Tavares Zenaide

Aula 7 - Programa Nacional dos Direitos Humanos

Parte 1

O Programa Nacional dos Direitos Humanos - PNDH, como vimos brevemente na aula 5, foi instituído em maio de 1996 e atualizado em maio de 2002. Tendo em vista ser este programa a maior referência para a atuação dos conselhos dos direitos humanos, apresentaremos o programa de forma mais detalhada nesta aula e nas próximas, e sugerimos a leitura e apropriação do texto integral deste Programa¹.

Elaborado pelo Governo Federal em conjunto com diversas organizações da sociedade civil, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) tem por objetivo central eleger prioridades e apresentar propostas concretas de caráter administrativo, legislativo e político-cultural que busquem equacionar os mais graves problemas que hoje impossibilitam ou dificultam a promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil.

O PNDH atribui aos direitos humanos o status de política pública governamental, estabelecendo um conjunto de objetivos e ações governamentais para sua execução. Está inserido dentro dos princípios definidos pelo Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e é resultado de um longo processo de democratização da Sociedade e do Estado brasileiro. Apesar do enorme avanço que sua elaboração e aprovação representou, sua implementação ainda está longe de se efetivar plenamente e coloca-se como um enorme desafio das políticas públicas no País.

¹ Programa Nacional dos Direitos Humanos: <http://www.mj.gov.br/sedh/pndh/index.htm>

Objetivos do PNDH

I - a promoção da concepção de direitos humanos como um conjunto de direitos universais, indivisíveis e interdependentes, que compreendem direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos;

II - a identificação dos principais obstáculos à promoção e defesa dos direitos humanos no País e a proposição de ações governamentais e não-governamentais voltadas para a promoção e defesa desses direitos;

III - a difusão do conceito de direitos humanos como elemento necessário e indispensável para a formulação, execução e avaliação de políticas públicas;

IV - a implementação de atos, declarações e tratados internacionais dos quais o Brasil é parte;

V - a redução de condutas e atos de violência, intolerância e discriminação, com reflexos na diminuição das desigualdades sociais; e

VI - a observância dos direitos e deveres previstos na Constituição, especialmente os inscritos em seu art. 5º.

Propostas de Ações Governamentais

A primeira parte do PNDH dispõe sobre propostas gerais de ações governamentais com vistas a formulação, implementação e avaliação de políticas sociais para a redução das desigualdades e a promoção dos direitos fundamentais, bem como o fortalecimento dos instrumentos de garantia de direitos, como os conselhos. Neste sentido, apoiar a aprovação do Projeto de Lei nº 4715/1994, que transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, ampliando sua competência e a participação de representantes da sociedade civil, se coloca também como outro grande desafio do Movimento dos Direitos Humanos no País. Esta também foi uma recomendação da X Conferência Nacional dos Direitos Humanos, em 2006.

Propostas Gerais

1. Apoiar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas e ações sociais para a redução das desigualdades econômicas, sociais e culturais existentes no país, visando a plena realização do direito ao desenvolvimento e conferindo prioridade às necessidades dos grupos socialmente vulneráveis.
2. Apoiar, na esfera estadual e municipal, a criação de conselhos de direitos dotados de autonomia e com composição paritária de representantes do governo e da sociedade civil.
3. Apoiar a formulação de programas estaduais e municipais de direitos humanos e a realização de conferências e seminários voltados para a proteção e promoção de direitos humanos.

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

4. Apoiar a atuação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a criação de comissões de direitos humanos nas assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais e o trabalho das comissões parlamentares de inquérito constituídas para a investigação de crimes contra os direitos humanos.
5. Estimular a criação de bancos de dados com indicadores sociais e econômicos sobre a situação dos direitos humanos nos estados brasileiros, a fim de orientar a definição de políticas públicas destinadas à redução da violência e à inclusão social.
6. Apoiar, em todas as unidades federativas, a adoção de mecanismos que estimulem a participação dos cidadãos na elaboração dos orçamentos públicos.
7. Estimular a criação de mecanismos que confirmem maior transparência à destinação e ao uso dos recursos públicos, aprimorando os mecanismos de controle social das ações governamentais e de combate à corrupção.
8. Ampliar, em todas as unidades federativas, as iniciativas voltadas para programas de transferência direta de renda, a exemplo dos programas de renda mínima, e fomentar o envolvimento de organizações locais em seu processo de implementação.
9. Realizar estudos para que o instrumento de ação direta de inconstitucionalidade possa ser invocado no caso de adoção, por autoridades municipais, estaduais e federais, de políticas públicas contrárias aos direitos humanos.
10. Garantir o acesso gratuito e universal ao registro civil de nascimento e ao assento de óbito.
11. Apoiar a aprovação do Projeto de Lei nº 4715/1994, que transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, ampliando sua competência e a participação de representantes da sociedade civil.

Recomendações da X Conferência Nacional dos Direitos Humanos sobre a política e o Programa Nacional dos Direitos Humanos

Em 2006, os participantes da X Conferência Nacional dos Direitos Humanos ressaltaram a urgência de uma política de direitos humanos, ao mesmo tempo clara, publicizada, abrangente, permanente e possível de ser monitorada, com metas e prazos para serem cumpridos e respeitados. Além da necessidade de promover a atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos, com ampla participação da sociedade. O novo posicionamento do Estado e da sociedade deve incorporar, desde os instrumentos legais para a responsabilização dos estados brasileiros nos casos em que a União for condenada por violação aos direitos humanos em instâncias internacionais, além de promover a ampliação de espaços de justiciabilidade internacional dos Direitos Humanos Econômicos,

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

Sociais, Culturais e Ambientais (Dhescas), e reforçando ações que garantam a divulgação e a informação a todos os órgãos e instituições do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público para o conhecimento e apropriação das decisões e acordos internacionais e das recomendações do sistema internacional de proteção dos direitos humanos.

Os defensores e defensoras dos direitos humanos destacaram ainda que a efetiva implementação dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais, requer a imediata aprovação de uma lei de responsabilidade social que vincule a administração pública a metas de implementação de políticas públicas nessas áreas. Aprovar essa nova lei é criar uma política de Estado que permita avançar de forma sustentável e permanente na redução das desigualdades sociais.

Praticando:

- 1) Você já conhece o Programa Nacional dos Direitos Humanos?
- 2) O conselho do seu município e estado já deliberou Programas e Planos Estadual e Municipal dos direitos humanos?
- 3) Quais são as responsabilidades do seu município e estado neste Plano?
- 4) O conselho divulgou o Programa e Plano dos Direitos Humanos junto ao governo, à sociedade e ao movimento de defesa dos direitos humanos em seu estado e município?

Atenção:

Para realizar as políticas e garantir os direitos dos segmentos de maior atuação dos conselhos, é imprescindível assegurar recursos no orçamento público. Veja como o conselho do seu estado e município tem acompanhado a elaboração, aprovação e execução do orçamento público destinado às políticas e programas referentes aos direitos humanos.

Referências bibliográficas:

- Programa Nacional dos Direitos Humanos:

<http://www.mj.gov.br/sedh/pndh/index.htm>

Links interessantes:

- Conselhos Estaduais dos Direitos Humanos:

http://www.mj.gov.br/sedh/ct/cddph/conselhos_estaduais.htm

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

Anexo

Relação de Organizações que participaram dos Seminários para elaboração do Programa Nacional dos Direitos Humanos - PNDH:

CDHEP - CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO POPULAR DO ACRE	AC
N.A. – REDE ACREANA DE MULHERES E HOMENS	AC
ANISTIA INTERNACIONAL	AL
INSTITUTO DE CIDADANIA FREITAS NETO	AL
CIMI	AM
POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA – CODAJÁS – SUS	AM
DEFENAP – DEFENSORIA PÚBLICA DO AMAPÁ	AP
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	AP
IMENA – INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS DO AMAPÁ	AP
AATR - BA - ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS DA BAHIA	BA
ADRA – AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS	BA
CAASAH – CENTRO DE APOIO E ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DO VÍRUS DE HIV/AIDS	BA
CEADE – CENTRO ECUMÊNICO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO	BA
CEAS – BA – CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL	BA
CECUP – CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR	BA
CENTRO DE VIDA INDEPENDENTE	BA
CENUN – BA – COLETIVO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS (AS) NEGROS (AS) DA BAHIA	BA
CESE – COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO	BA
CMC – COLETIVO DE MULHERES DO CALAFETE	BA
COMISSÃO CIVIL DE ACESSIBILIDADE DE SALVADOR	BA
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	BA
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL	BA
ESCRITÓRIO NACIONAL ZUMBI DOS PALMARES	BA
FETAG – FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DA BAHIA	BA
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SÃO FRANCISCO	BA
GAMBÁ – GRUPO AMBIENTALISTA DA BAHIA	BA
GAPA – BA	BA
GELEDES – INSTITUTO DA MULHER NEGRA	BA
GEM – GRUPO DE ESTUDO DA SAÚDE DA MULHER	BA
GLB – GRUPO LÉSBICO DA BAHIA	BA
MNU – MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO	BA
MOC – MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	BA
MUSA – PROGRAMA DE ESTUDOS EM GÊNERO, MULHER E SAÚDE	BA
OAB – SEÇÃO BAHIA	BA
OPINIO IURIS – INSTITUTO DE PESQUISA JURÍDICA	BA
POMAR	BA
PROJETO AXÉ	BA

QUILOMBO ÁKUNYÁ GAMBOA DE BAIXO	BA
SASOP – SERVIÇO DE ASSESSORIA A ORGANIZAÇÕES POPULARES RURAIS	BA
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	BA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA BAHIA	BA
SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DAS ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS	BA
SINPRO	BA
SOCIEDADE BENEFICENTE RECREATIVA SANTA LUZIA LOBATO	BA
UNEGRO	BA
VIDA BRASIL – VALORIZAÇÃO DO INDIVÍDUO E DESENVOLVIMENTO ATIVO	BA
ACIC – ASSOCIAÇÃO DE CORAIS INFANTIS “UM CANTO EM CADA CANTO”	CE
CEARAH PEREIRA – CENTRO DE ESTUDOS, ARTICULAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE ASSENTAMENTOS HUMANOS	CE
CENTRO HERBERT DE SOUZA	CE
CETRA – CENTRO DE PESQUISA E ASSESSORIA AO TRABALHADOR	CE
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB – CE	CE
COMUNICAÇÃO E CULTURA	CE
EDISCA – ESCOLA DE DANÇA E INTEGRAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE	CE
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ	CE
ESPLAR – CENTRO DE PESQUISA E ASSESSORIA	CE
GAPA – CE – GRUPO DE APOIO A PREVENÇÃO À AIDS	CE
IMOPEC – INSTITUTO DE MEMÓRIA DO POVO CEARENSE	CE
ISDS – INSTITUTO DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CE
INSTITUTO TERRAMAR – PESQUISA E ASSESSORIA A PESCA ARTESANAL	CE
UNIÃO DAS MULHERES CEARENSES	CE
ÁGORA – ASSOCIAÇÃO PARA PROJETOS DE COMBATE À FOME	DF
ANISTIA INTERNACIONAL	DF
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANISTIADOS POLÍTICOS	DF
ASSOCIAÇÃO NACIONAL ADVOGADOS LUTAS POPULARES	DF
CFEMEA – CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA	DF
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA E MISSIONÁRIO	DF
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE DA MULHER – MINISTÉRIO DA SAÚDE	DF
COORDENAÇÃO NACIONAL DE DSTS E AIDS – MINISTÉRIO DA SAÚDE	DF
HOSPITAL MATERNO-INFANTIL DE BRASÍLIA	DF
IDEC – INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	DF
INECS – INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIOS-ECONÔMICOS	DF
IPEA	DF
ISPN – INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA	DF
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	DF
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS	DF

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

MNDH - MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	DF
NUSS – NÚCLEO DE SAÚDE E SEXUALIDADE	DF
UNESCO	DF
WWF – FUNDO MUNDIAL PARA A NATUREZA	DF
ASSOCIAÇÃO DE EX-ALUNOS DA FUNABEM – ASSEAF	ES
ASSOCIAÇÃO PE. GABRIEL MAIRE DEFESA DA VIDA	ES
CECOPEs – CENTRO DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR DOM JOÃO BATISTA	ES
CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA SERRA/ES	ES
MNDH REGIONAL LESTE 1-ES	ES
GTC – GRUPO TRANSAS DO CORPO	GO
IBRACE – INSTITUTO BRASIL CENTRAL	GO
IFAS – INSTITUTO DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA SINDICAL	GO
OPAN – OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA	GO
A. A. TIJUPÁ – ASSOCIAÇÃO AGROPECOLÓGICA TIJUPÁ	MA
SMDDH – SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	MA
SOCIEDADE MARANHESE DE DIREITOS HUMANOS	MA
CDDH	MS
CDDH MARÇAL DE SOUZA	MS
CONSELHO DA COMISSÃO DAS MULHERES ADVOGADAS	MS
CONSELHO DA COMISSÃO DOS ADVOGADOS PÚBLICOS	MS
DEFENSORIA PÚBLICA DE DIREITOS DA PESSOA HUMANA	MS
DEPARTAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	MS
DOP – DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	MS
IBISIS	MS
OAB – MS	MS
PROMOSUL	MS
SECRETARIA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS	MS
SEHINFRA	MS
UNIDERP	MS
CDHHT – CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS HENRIQUE TRINDADE	MT
CÍFICAL – CONTRO DE INTEGRAÇÃO E FORMAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	MT
GSP – GRUPO DE SAÚDE POPULAR	MT
GTME – GRUPO DE TRABALHO MISSIONÁRIO EVANGÉLICO	MT
IPEP – INSTITUTO PASTORAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE POPULAR	MT
ANISTIA INTERNACIONAL	PA
ASSOCIAÇÃO DE PREVENÇÃO À AIDS – AMAZONA	PA
ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE APOIO ÀS COMUNIDADES CARENTES	PA
CACBA – CENTRO ARTÍSTICO CULTURAL DO ARAGUAIA E TOCANTIS	PA
CPT – SUL PARÁ	PA
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	PA
MMCC – MOVIMENTO DE MULHERES DO CAMPO E DA CIDADE	PA
OUIDORIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	PA
SDDH – SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS	PA

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

ACESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	PB
AMAZÔNIA – ASSOCIAÇÃO DE PREVENÇÃO À AIDS	PB
ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DE SEXUALIDADE HUMANA	PB
ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DOS AMIGOS DA NATUREZA	PB
CÂMARA MUNICIPAL SANTA RITA	PB
CDDH/ UFPB – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	PB
CEDDHC – CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO	PB
CENTRAC – CENTRO DE AÇÃO CULTURAL	PB
CENTRO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS JOÃO PEDRO TEIXEIRA	PB
CENTRO DE ENSAIO DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA	PB
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA	PB
COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO	PB
CONSELHO DE SAÚDE INDÍGENA	PB
CUNHÃ – COLETIVO FEMINISTA	PB
FUNAI	PB
GRUPO DE MULHERES NEGRAS	PB
JUSTIÇA FEDERAL	PB
MEL – MOVIMENTO DO ESPÍRITO LILÁS	PB
MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	PB
MOVIMENTO NEGRO DA PARAÍBA	PB
NÚCLEO DE DEFESA E VIDA	PB
NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS DA IGREJA CATÓLICA DO GEISEL	PB
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA E REGIONAL	PB
PATAC – PROGRAMA DE TECNOLÓGICA APROPRIADA ÀS COMUNIDADES	PB
SAMOPS – SOCIEDADE DE ASSESSORIA AO MOVIMENTO POPULAR E SINDICAL	PB
SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA	PB
SEPLAN – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	PB
SETRAS/PB – SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	PB
SINDICATO DOS MÉDICOS DA PARAÍBA	PB
SINDICATO DOS ODONTOLOGISTAS DO ESTADO DA PARAÍBA	PB
UNIÃO VOLUNTÁRIA DE APOIO AO SOROPOSITIVO	PB
AFABE – ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE BEZERROS	PE
AFINCO – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	PE
AMENCAR – PE	PE
AMUNAM – ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NAZARÉ DA MATA	PE
ASSOCIAÇÃO DE PARTEIRAS TRADICIONAIS DE TRINDADE	PE
CAATINGÁ – CENTRO DE ASSESSORIA E APOIO AOS TRABALHADORES E INSTITUIÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS ALTERNATIVA	PE
CAIS DO PARTO – CENTRO ATIVO DE INTEGRAÇÃO DO SER	PE
CASA DE PASSAGEM – CENTRO BRASILEIRO DA CRIANÇA E DO	PE

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

ADOLESCENTE	
CCLF – CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE	PE
CEAS URBANO – PE – CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL	PE
CECOR – CENTRO DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL	PE
CENAP – CENTRO NORDESTINO DE 4 ANIMAÇÃO POPULAR	PE
CENDHE – CENTRO DOM HELDER CÂMARA DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL	PE
CENTRO DAS MULHERES DO CABO	PE
CENTRO DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR POPULAR MARIA DA CONCEIÇÃO	PE
CENTRO SABIÁ – CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGRO-ECOLÓGICO SABIÁ	PE
CENTRU – CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO TRABALHADOR RURAL	PE
CJC – CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA JOSUÉ DE CASTRO	PE
CMC – INSTITUTO ARNALDO COELHO – PESQUISA E FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR	PE
CMN – CASA DA MULHER DO NORDESTE	PE
CMV – CENTRO DAS MULHERES DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	PE
CMV – COLETIVO MULHER VIDA	PE
COMUNIDADE DOS PEQUENOS PROFETAS	PE
EQUIP – ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES	PE
ETAPAS – EQUIPE TÉCNICA DE ASSESSORIA PESQUISA E AÇÃO SOCIAL	PE
GAJOP – GABINETE ASSESSORIA JURÍDICA ÀS ORGANIZAÇÕES POPULARES	PE
GEPEM – GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA MULHER	PE
GESTOS: SOROPOSITIVIDADE, COMUNICAÇÃO E GÊNERO	PE
GRUPO CURUMIM – GESTAÇÃO E PARTO	PE
GRUPO DE TEATRO LOUCAS DE PEDRA LILÁS	PE
HABITEC – FUNDAÇÃO PRÓ-HABITAR	PE
INAC – INSTITUTO BRASILEIRO DE AMIZADE E SOLIDARIEDADE AOS POVOS	PE
MIRIM BRASIL – MOVIMENTO INFANTO-JUVENIL DE REINVIDICAÇÃO – MIRIM BRASIL	PE
MNDH – REGIONAL NORDESTE	PE
O OURO LADO DO SOL – GRUPO DE HOMENS	PE
ORIGEM – GRUPOS DE AÇÃO EM ALEITAMENTO MATERNO	PE
PAPAI – PROGRAMA DE APOIO AO PAI JOVEM E ADOLESCENTE	PE
SAVE THE CHILDREN	PE
SCJP – SERVIÇO COMUNITÁRIO DE JUSTIÇA E PAZ	PE
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO	PE
SOS CORPO – SOS CORPO GÊNERO E CIDADANIA	PE
CEPAC – CENTRO PIAUIENSE DE AÇÃO CULTURAL	PI
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS – OAB – PI	PI
CEFURIA – CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO IRMÃ ARAÚJO	PR
CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA	PR
FÓRUM POPULAR DE MULHERES DE CURITIBA	PR

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

FUNDAÇÃO RURECO – FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RURAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO PARANÁ	PR
ABIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS	RJ
ABRAPIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	RJ
AÇÃO E SOLIDARIEDADE	RJ
ACESSÓRIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA	RJ
ASPLANDE - ACESSÓRIA & PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO	RJ
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO MARTINHO - NÚCLEO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	RJ
ASSOCIAÇÃO DEFENSORES DA TERRA	RJ
ASSOCIAÇÃO EX-ALUNOS FUNABEM	RJ
BALCÃO DE DIREITOS - COORDENAÇÃO	RJ
BALCÃO DE DIREITOS MARÉ	RJ
BALCÃO DE DIREITOS - NÚCLEOS: LEME/PEREIRA	RJ
BALCÃO VIVA RIO	RJ
CAC – CENTRO DE ATIVIDADES COMUNITÁRIAS DE SÃO JOÃO DO MERITI	RJ
CADTS – CENTRO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-SOCIAL	RJ
CAPINA - COOPERAÇÃO E APOIO A PROJETOS DE INSPIRAÇÃO ALTERNATIVA	RJ
CEAP – CENTRO DE ARTICULAÇÃO DE POPULAÇÕES MARGINALIZADAS	RJ
CECIP – CENTRO DE CRIAÇÃO DA IMAGEM POPULAR	RJ
CEDAC – CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA	RJ
CEDIM - CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER	RJ
CEJIL – CENTRO PELA JUSTIÇA E O DIREITO INTERNACIONAL	RJ
CEMINA – CENTRO DE PROJETOS DA MULHER	RJ
CENPLA – CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PLANEJAMENTO	RJ
CENTRO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS	RJ
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO COISA DE MULHER	RJ
CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL	RJ
CEPEL – CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA LEOPOLDINA	RJ
CEPIA – CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO	RJ
CERIS – CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL	RJ
CNBL – CENTRO NACIONAL BERTHA LUTZ	RJ
CNDDA - CAMPANHA NACIONAL DE DEFESA E PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA	RJ
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO	RJ
COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO EM GÊNERO	RJ
COOPERATIVA ESTRUTURAL	RJ
CPAZ – CLICK PAZ	RJ
CRESAM – CENTRO DE REFERÊNCIA PARA A SAÚDE DA MULHER	RJ
CRIAR BRASIL – CENTRO DE IMPRENSA, ASSESSORIA E RÁDIO	RJ
CVI - CENTRO DE VIDA INDEPENDENTE	RJ

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

ENDA BRASIL	RJ
FASE – FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL	RJ
FIA - FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE	RJ
FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO	RJ
FUNDAÇÃO CENTRO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS BENTO RUBIÃO	RJ
GCAR – GRUPO CULTURAL AFRO REGGAE	RJ
GESTÃO COMUNITÁRIA: INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E AÇÃO SOCIAL	RJ
GRUPO AMOR/INSTITUTO PRORMUNDO	RJ
GRUPO PELA VIDA – GRUPO PELA VALORIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E DIGNIDADE DO DOENTE DE AIDS	RJ
IBASE	RJ
IBASPE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS	RJ
IDAC – INSTITUTO DE AÇÃO CULTURAL	RJ
IDACO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA	RJ
INCA – INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER	RJ
INDECS – INSTITUTO DE ESTUDOS E PROJETOS EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADES	RJ
INSTITUTO NOOS	RJ
IRSANED – INSTITUTO SANTA EDVIGES DE BRAZ DE PINA	RJ
ISER – INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO	RJ
ISER/ASSESSORIA	RJ
MNDH - RJ	RJ
MULTICOOP – COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS LIBERAIS	RJ
NOVA – NOVA PESQUISA E ASSESSORIA EM EDUCAÇÃO	RJ
O SOL – OBRAS SOCIAL LESTE 1	RJ
ONG ROCINHA	RJ
PACS – INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL	RJ
POSTO DE SAÚDE DA ROCINHA	RJ
REDEH – REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	RJ
SAPÉ – SERVIÇO DE APOIO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO	RJ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO – PAISMCA - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE	RJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO - SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE COLETIVA - COORDENAÇÃO	RJ
SER – SERVIÇO EDUCACIONAL RURAL	RJ
SER MULHER – CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO DA MULHER URBANA E RURAL	RJ
SFB – SOLIDARIEDADE FRANÇA –BRASIL	RJ
SOB – SOCIEDADE BRASILEIRA DOS OSTOMIZADOS	RJ
UCAM	RJ
UPB – INSTITUTO UNIVERSIDADE POPULAR DA BAIXADA	RJ
VIVA RIO	RJ
AACC - ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS COMUNIDADES DO CAMPO DO RN	RN

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

CASA RENASCER - CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE SAÚDE SOCIAL - CEBRAIOS	RN
CDHMP - CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR	RN
CEBRAIOS - CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO DA SAÚDE SOCIAL	RN
CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR	RN
CM8- CENTRO DA MULHER 8 DE MARÇO	RN
SAR - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL	RN
CEAP - CENTRO DE EDUCAÇÃO E ASSESSORIA POPULAR	RO
CENTRO DE PESQUISA MEDICINA TROPICAL DR. LEÔNIDAS DE MELODEANE - CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE	RO
CEPAMI - CENTRO DE ESTUDOS E PASTORAL DOS MIGRANTES	RO
AMENCAR – AMPARO AOS MENORES CARENTES	RS
ANISTIA INTERNACIONAL - BRASIL	RS
ASPA – APOIO, SOLIDARIEDADE E PREVENÇÃO A AIDS	RS
ASSESSORIA POLÍTICA DE MULHER	RS
ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE JURISTAS	RS
CAMP – CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL	RS
CASA DE APOIO VIVA MARIA	RS
CDHC	RS
CEAP - CENTRO DE EDUCAÇÃO E ASSESSORAMENTO POPULAR	RS
CEBI – CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS	RS
CECA- RS – CENTRO DE EVANGELIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA	RS
CENOE – BALCÃO DA CIDADANIA	RS
CEPO - CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR	RS
CETAP – CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVAS POPULARES	RS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS	RS
COMUNIDADE BAHÁÍ DE PORTO ALEGRE	RS
FÓRUM GAÚCHO DE SAÚDE MENTAL	RS
GAPA- RS – GRUPO DE APOIO E PREVENÇÃO À AIDS	RS
MENINOS E MENINAS DE RUA ESCOLA ABERTA VILA CRUZEIRO	RS
MNDH – REGIONAL SUL II	RS
MNDH/ ANISTIA INTERNACIONAL	RS
PROAME – PROGRAMA DE APOIO AOS MENINOS E MENINAS	RS
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SÓCIO-DCAS	RS
SIPERGS – SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	RS
THEMIS – ASSESSORIA JURÍDICA E ESTUDOS DE GÊNERO	RS
AÇÃO EDUCATIVA	SP
AÇÃO SOCIAL LARGO 13	SP
ADEVA – ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS E AMIGOS	SP
AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL – BRASILÂNDIA	SP
ANISTIA INTERNACIONAL	SP
ANSUR – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO SOLO URBANO	SP

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

APAMESP – ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES APOSENTADOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	SP
ASSESSORIA DE DEFESA DA CIDADANIA	SP
ASSESSORIA DE DIREITOS HUMANOS UNIVERSIDADE METODISTA	SP
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRISTÃ	SP
ASSOCIAÇÃO DA CIDADANIA DE SÃO PAULO S/C	SP
ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS MENINAS E MENINOS DA REGIÃO SÉ	SP
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOÓCA	SP
ASSOCIAÇÃO FAMÍLIAS DE PRESOS DESAPARECIDOS	SP
ASSOCIAÇÃO FRANCO BASAGLIA	SP
ASSOCIAÇÃO FRANCO ROTELLI	SP
ASSOCIAÇÃO FUTURO MELHOR	SP
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INTERCOMUNICAÇÃO	SP
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	SP
ASSOCIAÇÃO PAULISTANA DESPORTIVA, CULTURAL, LAZER E RECREAÇÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS	SP
ASSOCIAÇÃO PIRACEMA	SP
ASSOCIAÇÃO RIO-PRETENSE DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	SP
ASSOCIAÇÃO SAÚDE SEM LIMITES	SP
CASA DA MULHER LILITH	SP
CASA ELIANE DE GRAMMONT – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	SP
CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR	SP
CCR – COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO	SP
CEAP – CENTRO DE ESTUDOS ÁSIA/PACÍFICO	SP
CECIP	SP
CEDEC – CENTRO DE ESTUDOS E INFORMAÇÃO	SP
CEDECA – INDIARA FÉLIX SANTOS AFONSO	SP
CEDIPOD – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	SP
CEERT - CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DO TRABALHO E DESIGUALDADES	SP
CEM – CENTROS DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS	SP
CEMICAMP – CENTRO DE PESQUISA DAS DOENÇAS MATERNO-INFANTIS DE CAMPINAS – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SP
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM SAÚDE MENTAL	SP
CENTRO CARLOS ALBERTO PAZZINI DE DIREITOS HUMANOS	SP
CENTRO CULTURAL MONTE AZUL	SP
CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO POPULAR DE CAMPO LIMPO	SP
CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA	SP
CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO À VÍTIMA	SP
CENTRO DE REFERÊNCIA PARA REFUGIADOS	SP
CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS	SP
CENTRO INFORMAÇÃO MULHER	SP
CENTRO SANTOS DIAS DE DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO	SP

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO JARDIM PRIMAVERA	SP
CENTRO SOCIAL DE PARELHEIROS	SP
CES – CENTRO DE EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE	SP
CFSS – COLETIVO FEMINISTA DE SEXUALIDADE E SAÚDE	SP
CISMOP - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL E SOLIDARIEDADE AOS MOVIMENTOS POPULARES	SP
CJPSP	SP
CLÍNICA PSICOLÓGICA DE APOIO AOS VITIMIZADOS	SP
CMP – CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES	SP
COJE – CENTRO DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA E ENCAMINHAMENTO À MULHER	SP
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS “PAULO FONTELLES DE LIMA”	SP
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP
COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA SOCIEDADE NOSSA SRA. CONSOLADORA	SP
COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DE SÃO PAULO	SP
CONSELHO ESTADUAL DE CONDIÇÃO FEMININA DE SÃO PAULO	SP
CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA	SP
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA	SP
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	SP
CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO	SP
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO PAULO	SP
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA	SP
COR - CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E PROMOÇÃO DO MIGRANTE	SP
CORSA – CIDADANIA, ORGULHO, RESPEITO, SOLIDARIEDADE E AMOR	SP
CRECHEPLAN – CENTRO DE ESTUDOS E INFORMAÇÃO	SP
CSESBP	SP
CSP – CENTRO SANTO DIAS DE DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO	SP
DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO – UNIVERSIDADE SÃO CARLOS	SP
ECOS - CENTRO DE ESTUDOS E COMUNICAÇÃO EM SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO HUMANA	SP
ECOS – ESTUDOS E COMUNICAÇÃO EM SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO HUMANA	SP
EQUIPE DE APOIO À COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS	SP
ESCRITÓRIO MODELO “DOM PAULO EVARISTO ARNS” DA FACULDADE DE DIREITO E ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	SP
ESPAÇO – ESPAÇO FORMAÇÃO, ASSESSORIA E DOCUMENTAÇÃO	SP
FALA PRETA! ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS	SP
FEBRASGO – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS SOCIEDADES DE GINECOLOGIA E OBSTRETÍCIA	SP
FÓRUM REGIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	SP

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

CAPELA DO SOCORRO	
FRATERNIDADE CRISTÃ DE DOENTES E DEFICIENTE	SP
FRATERNIDADE POVO DA RUA	SP
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS	SP
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR	SP
FUZARCA MOVIMENTO ESTUDANTIL	SP
GRANDE CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO	SP
GRRENPEACE – ASSOCIAÇÃO CIVIL GRENNPEACE	SP
GRUPO DE TRABALHO DE DIREITOS HUMANOS DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	SP
GTPOS – GRUPO DE TRABALHO E PESQUISA EM ORIENTAÇÃO SEXUAL	SP
IBEAC – INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS E APOIO COMUNITÁRIO QUEIROZ FILHO	SP
IEE – INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS	SP
IEVE – INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA	SP
ILANUD – INSTITUTO LATINO-AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DO DELITO E TRATAMENTO DE DELINQUENTE	SP
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADVOCACIA PÚBLICA	SP
INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FLORESTAN FERNANDES	SP
INSTITUTO SANTA TERESINHA	SP
IPA – ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PELO DIREITO DA CRIANÇA BRINCAR	SP
ISA – INSTITUTO SÓCIO – AMBIENTAL	SP
JORNAL CONSCIÊNCIA NEGRA/SOCIEDADE COMUNITÁRIA: “FALA NEGÃO” DA ZONA LESTE	SP
JUNAC – JUVENTUDE NEGRA AFRO-CONSCIENTE	SP
MDPD – MOVIMENTO PELOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES	SP
MEMGE – NÚCLEO DE ESTUDOS DA MULHER E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO – USP	SP
MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – REGIONAL SUL/SP	SP
MOVIMENTO NACIONAL DE LUTAS PELA MORADIA	SP
NEPO – NÚCLEO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO DA UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SP
NÚCLEO CULTURAL FORÇA ATIVA	SP
NÚCLEO DE ESTUDOS DA MULHER – PUC	SP
NÚCLEO DE ESTUDOS EM SAÚDE DA MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO – UNIFESP – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	SP
NÚCLEO DE GAYS, LÉSBICAS, TRAVESTIS DO P.T. DE SÃO PAULO	SP
NÚCLEO DE TRABALHOS COMUNITÁRIOS – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA SP	SP
ONG PAN SAÚDE E TRABALHO	SP
OUVIDORIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	SP
PAJ – PROCURADORIA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	SP
PASTORAL CARCERÁRIA DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO	SP
PASTORAL DA FÉ E POLÍTICA	SP
PASTORAL DA MULHER – REGIÃO BRASILÂNDIA	SP
PASTORAL DOS DEFICIENTES AUDITIVOS “SÃO FRANCISCO DE ASSIS”	SP

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

PÓLIS – INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS - PÓLIS	SP
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS	SP
PRÓ – MULHER – FAMÍLIA E CIDADANIA	SP
PROCON – FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	SP
PROJETO ETC. E TAL	SP
PROJETO LER E ESCREVER	SP
PROTER – PROGRAMA DA TERRA – ASSESSORIA, PESQUISA E EDUCAÇÃO POPULAR NO MEIO RURAL	SP
REAP – RECONSTRUÇÃO – EDUCAÇÃO, ASSESSORIA E PESQUISA	SP
REDE DE INFORMAÇÃO UM OUTRO OLHAR	SP
RME – REDE MULHER DE EDUCAÇÃO	SP
SECRETARIA DE COMBATE AO RACISMO DO PT	SP
SECRETARIA DE EMPREGO E RELAÇÃO DO TRABALHO – PROGRAMA INTEGRADO DE PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO	SP
SECRETARIA REGIONAL DE PSICOLOGIA	SP
SERVIÇO ÀS MULHERES MARGINALIZADAS	SP
SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES	SP
SINDICATO DOS JORNALISTAS	SP
SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SP	SP
SOCIEDADE DAS FILHAS DE N. S. DO SAGRADO CORAÇÃO	SP
SOF – SEMPRE-VIVA ORGANIZAÇÃO FEMININA	SP
SOS – SAÚDE MENTAL	SP
TIE BRASIL – CENTRO DE TROCA DE INFORMAÇÕES SOBRE EMPRESAS MULTINACIONAIS	SP
U.L.C. – UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇOS	SP
UCBC – UNIÃO CRISTÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	SP
UERJ – DEPARTAMENTO DE SELEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL – PROGRAMA DE BOLSA DE INICIAÇÃO AO TRABALHO	SP
UNIÃO DAS MULHERES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	SP
COMUNIDADE SANTA TERESINHA DE PALMAS – CASA DA MULHER OITO DE MARÇO	TO